

**PROGRAMA EDUCATIVO**  
Museu das Telecomunicações



**ACESSIBILIDADES**



**PROGRAMA EDUCATIVO**  
Museu das Telecomunicações

# ACESSIBILIDADES





O conteúdo completo deste material em versões acessíveis encontra-se no DVD encartado no final do caderno.

Bem-vindos ao Oi Futuro. Este é o Caderno Acessibilidades, uma publicação que nasce do desejo de compartilhar pensamentos, experiências e aspirações sobre um tema fundamental para todos nós: o acesso – real e o mais pleno possível – à arte contemporânea, à educação de qualidade e à informação.

O Programa Educativo do Museu das Telecomunicações do Oi Futuro tem procurado tornar, ano após ano, este lugar mais pulsante e mais dinâmico, e vem tentando elevar, à maior potência possível, o conceito de interatividade, dinamizando, através de centenas de ações, a instituição. Tudo sempre com o mesmo objetivo: tornar o nosso centro cultural mais democrático, mais receptivo e mais aberto a todos.

Sempre em constante desenvolvimento, o Programa Educativo volta agora sua atenção, mais detalhadamente, para o Eixo das Acessibilidades. Trabalhar em termos de acessibilidades significa pensar e promover o acesso a tudo que o Oi Futuro e o Museu das Telecomunicações têm a oferecer, na forma de conteúdo e potenciais desdobramentos, para o maior número de pessoas. Todos são nossos públicos em potencial e todos devem fruir do que temos de melhor: pessoas com deficiência, público da saúde mental, em vulnerabilidade social, idosos, crianças e todos aqueles para quem a acessibilidade possa estar dificultada devido às barreiras físicas, sensoriais, comunicacionais e atitudinais.

Pensado como ferramenta de trabalho para educadores, o Caderno Acessibilidades visa contribuir com a aproximação desses profissionais das questões que dizem respeito ao tema, servindo de estímulo ao pensamento crítico, ao agenciamento e à irradiação de ações e atitudes que promovam o acesso e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma cidade menos partida, de um país mais igualitário, de um mundo melhor.

**Roberto Guimarães**  
Gestor de Cultura Oi Futuro

O Caderno Acessibilidades acerta em integrar a produção cultural a um espaço livre, adequado e inclusivo de circulação de ideias e pessoas, com o objetivo de promover encontros, debates e o contínuo desenvolvimento do público e das produções culturais.

A Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro valoriza o conjunto das manifestações artísticas de nosso estado e apoia este projeto, que busca integrar as pessoas com deficiência e os mais diversos públicos através de dispositivos que promovam a acessibilidade para que a vivência cultural seja verdadeiramente universal.

Essa proposta de ação inclusiva se alinha ao trabalho da Secretaria, que, desde 2008, difunde, estimula e fortalece a cultura por meio de mecanismos de fomento, como a Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro.

Ao elaborarmos novas políticas públicas de inclusão cultural e social e apoiarmos projetos como O Educativo do Museu das Telecomunicações: acessibilidades, investimos na ampliação do direito à cultura, estimulamos o potencial criativo das produções artísticas contemporâneas, e propomos reflexões sobre a função e a estrutura dos novos equipamentos culturais.

A partir da compreensão de que a cultura representa não só a criação artística ou de entretenimento, mas, sim, um extenso campo de realizações humanas, podemos, cada vez mais, expandir o encontro entre as obras e os diferentes tipos de público.

Assim, o Museu das Telecomunicações do Oi Futuro se destaca como espaço de conhecimento e de diversão, onde as tecnologias de comunicação vão além de si mesmas, expandindo-se como ferramentas de transformação do pensamento, da produção cultural e da inclusão através das artes.

**Eva Doris Rosental**

Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro

# ÍNDICE

ACESSIBILIDADES: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

11

ACESSO À CIDADE E AO DIREITO DE IR E VIR: QUAL A REAL ACESSIBILIDADE QUE USUFRUÍMOS?

19

QUAIS OS BENEFÍCIOS DA ACESSIBILIDADE PARA O PÚBLICO DIVERSO?

27

O QUE É ACESSIBILIDADE ATITUDINAL?

33

O QUE É IMPORTANTE SABER SOBRE AS PESSOAS E SUAS DIVERSIDADES?

37

73

COMO É POSSÍVEL PROMOVER ACESSIBILIDADES EM ESPAÇOS CULTURAIS?

85

PARA REFLETIR

95

ACESSIBILIDADE E LEGISLAÇÃO

101

GLOSSÁRIO DE TERMOS ATRAVÉS DE CITAÇÕES

107

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

# ACESSIBILIDADES: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

**Flavia Corpas**

O Programa Educativo do Museu das Telecomunicações do Oi Futuro foi fundado em 2007 com o objetivo de oferecer atividades educativas e culturais para diferentes públicos. Disposto a formular uma plataforma de trabalho aberta à heterogeneidade das pessoas que recebem – dentre os quais o público com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico e em vulnerabilidade social –, o Programa Educativo tem se dedicado, desde 2013, à construção de um trabalho fundamentado naquilo que aprendem na própria prática e convívio com esses sujeitos. Para isso, implementa ações que visam um retorno desse público quanto ao que experienciam juntos, bem como buscam, em visitas a instituições e projetos, uma vivência mais próxima em relação à realidade que vivem essas pessoas.



GARANTIR A

# CIDADANIA

No seu dia a dia, a equipe percebeu que a falta de acesso afetava não só as pessoas com deficiência, mas também outros públicos atendidos pela instituição: pessoas com mobilidade reduzida, idosos, crianças, o público da saúde mental, o público LGBT, as pessoas em situação de vulnerabilidade social ou cujo acesso à cultura encontra-se restrito por questões socioeconômicas diversas. Sem dúvida, trata-se de um público diversificado, muito diferenciado entre si e que possui suas especificidades. Contudo, no que diz respeito ao direito de fruição dos bens culturais, muitas vezes eles podem compartilhar de uma mesma realidade: barreiras e dificuldades de acesso.

Para pensar a questão da acessibilidade da forma plural, em termos de **acessibilidades**, consideramos importante começar com a breve reflexão histórica sobre essa noção, no universo dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. A utilização do termo acessibilidade, para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência, tem sua origem no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 1940. De lá para cá, passamos da perspectiva de integração das pessoas com deficiência para a dimensão da inclusão (SASSAKI, 2011) e, sobretudo, para o paradigma do Desenho Universal, segundo o qual ambientes e produtos devem ser projetados para todos e não somente para pessoas com deficiência. Trata-se, então, de superar a ideia de adaptação e trabalhar a partir da diversidade.



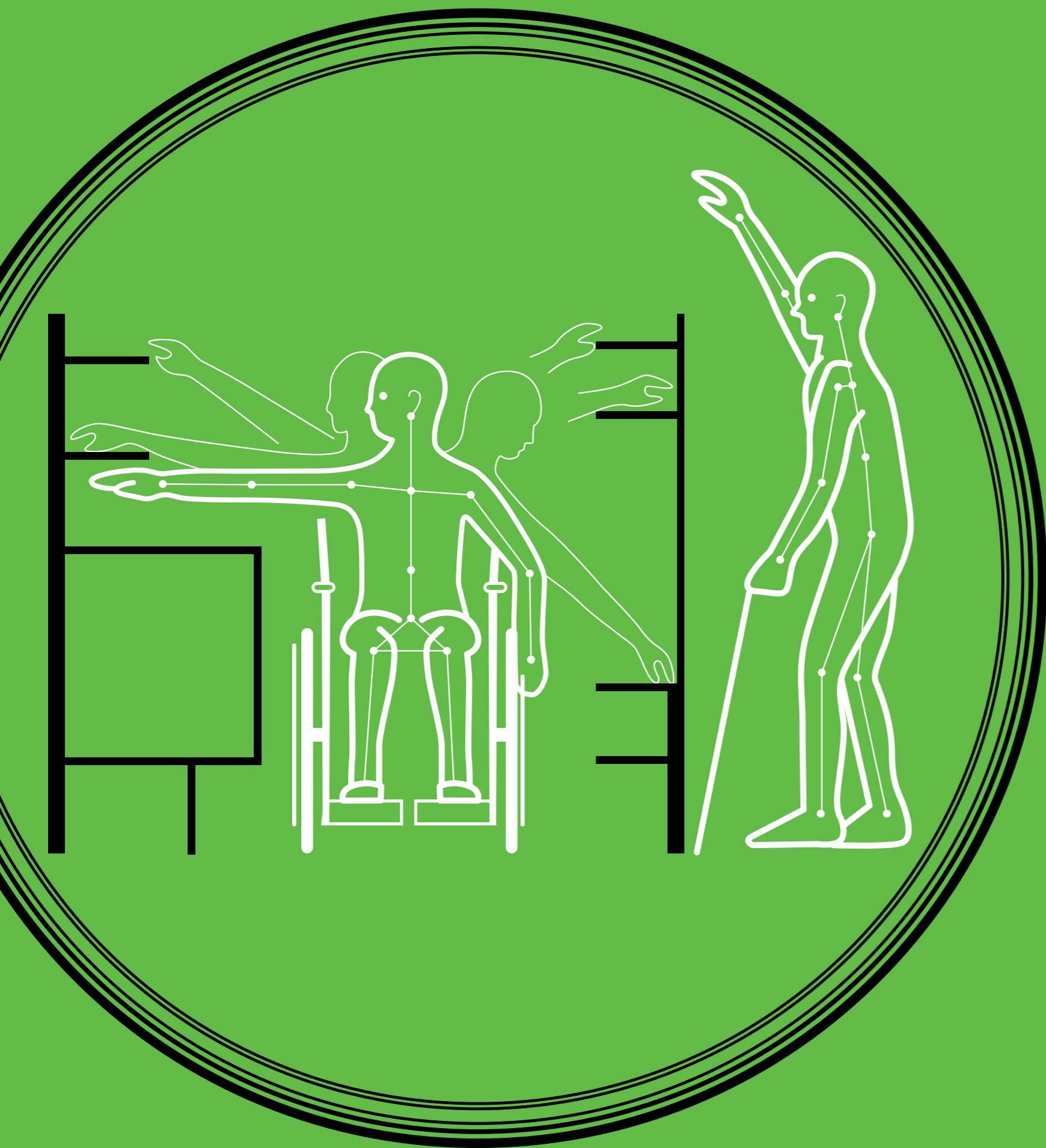
Historicamente, a noção de acessibilidade está intimamente articulada à consolidação de um movimento social internacional que lutava pelos direitos das pessoas com deficiência: o movimento internacional de inclusão social (*Id.*, 1999), que inspirou projetos, programas, leis, convenções e documentos em benefício da inclusão de pessoas com deficiência (SARRAF, 2013).

No Brasil, o campo das lutas e conquistas pelos direitos das pessoas com deficiência se deu em um contexto bem específico, o da redemocratização política do país, no qual diferentes movimentos sociais se organizaram pela garantia da cidadania (FERREIRA; CABRAL, 2013). Quanto ao tema acessibilidade, ele começou a fazer parte efetiva das discussões acerca das políticas públicas no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, vindo a ser finalmente regulamentado pelas leis federais 10.048 e 10.098, no ano 2000 (COSTA; MAIOR; LIMA, 2005), que garantem o atendimento prioritário, acessibilidade física para pessoas com deficiência em diversas áreas como transporte, habitação, bens culturais imóveis e acesso à comunicação e informação.

Tudo isso acabou por produzir mudanças no que diz respeito ao acesso à cultura, que começaram a ser operadas a partir do final do século XX e início do século XXI. As instituições culturais passaram a desenvolver projetos e programas visando o acesso desses grupos, buscando a eliminação de barreiras físicas, sensoriais, comunicacionais e sociais, para assim garantir a esses sujeitos o pleno exercício de seus direitos.

Além disso, outros grupos, para os quais esses locais também não eram acessíveis, como crianças, idosos e as populações com acesso restrito à cultura, também passaram a ser foco das ações dessas instituições.

Diante desse contexto, podemos refletir se o próprio conceito de acessibilidade não teria se expandido, já que um público mais amplo passou também a se beneficiar das conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência. É possível conjecturar que transformações agenciadas pelo campo da acessibilidade para pessoas com deficiência produziu importantes efeitos na cultura – entendida aqui não como mero sinônimo de arte, mas como o amplo campo das realizações humanas – estendendo assim o público beneficiado pelas diferentes ações de acessibilidade, pluralizando tal noção. Daí nossa necessidade de pensá-la em termos de **acessibilidades**, como agora propomos.



# ACESSO À CIDADE E AO DIREITO DE IR E VIR:

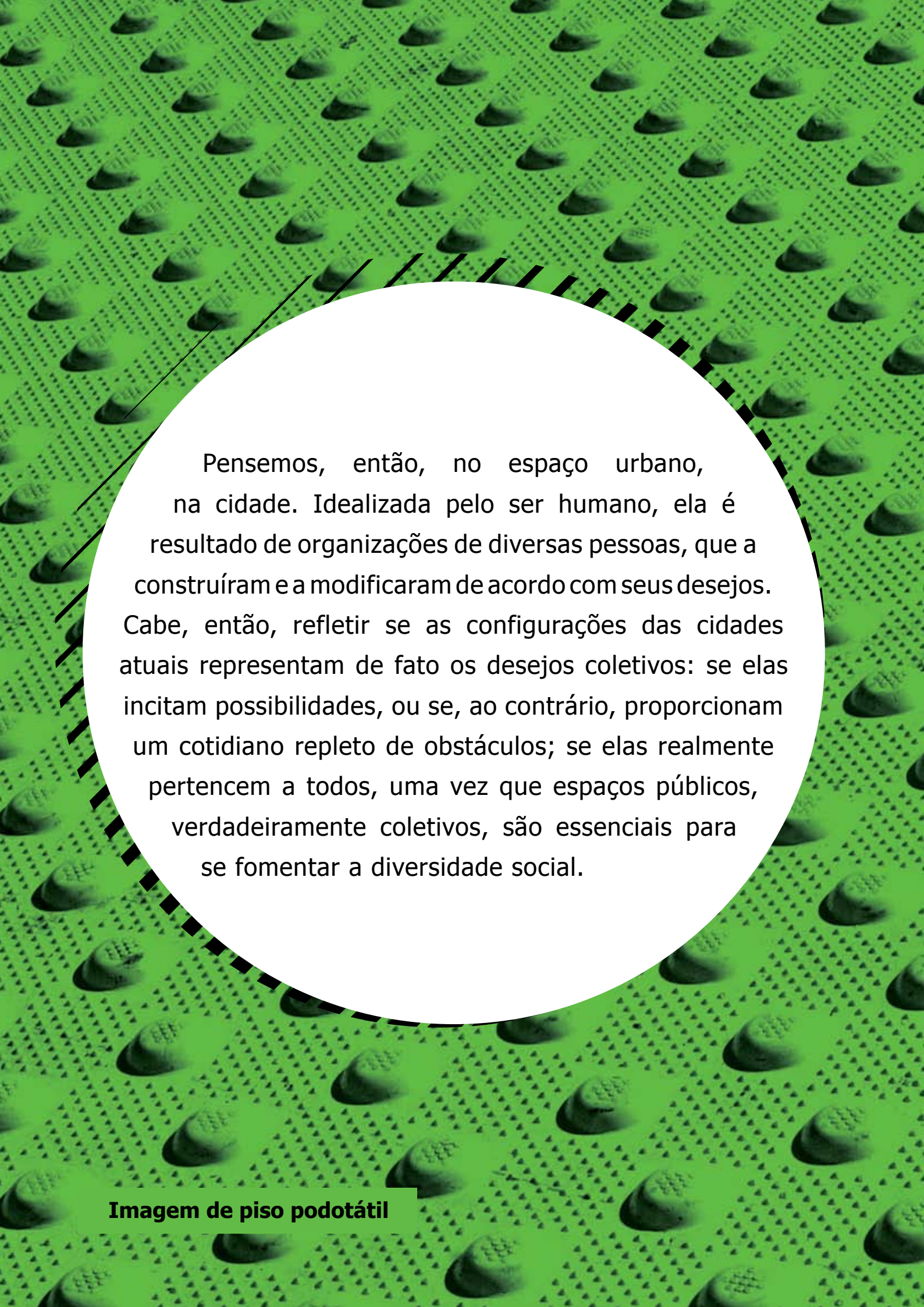
## QUAL A REAL ACESSIBILIDADE QUE USUFRUÍMOS?

**Daina Leyton**

O contato com o público diverso deixa clara a necessidade de se garantir a equidade, de forma que nenhuma diferença signifique desigualdade. Essa é uma questão tão urgente quanto o reconhecimento e o fomento às diferenças, para que nenhuma conduta normativa e dominante descaracterize a diversidade.







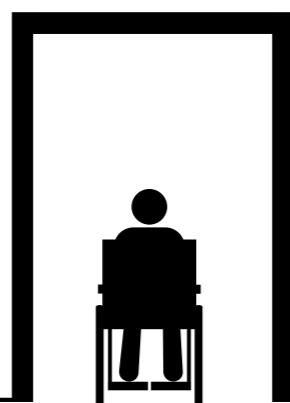
Pensemos, então, no espaço urbano, na cidade. Idealizada pelo ser humano, ela é resultado de organizações de diversas pessoas, que a construíram e a modificaram de acordo com seus desejos. Cabe, então, refletir se as configurações das cidades atuais representam de fato os desejos coletivos: se elas incitam possibilidades, ou se, ao contrário, proporcionam um cotidiano repleto de obstáculos; se elas realmente pertencem a todos, uma vez que espaços públicos, verdadeiramente coletivos, são essenciais para se fomentar a diversidade social.

Imagem de piso podotátil

Percebemos como a acessibilidade, geralmente entendida para as pessoas com deficiência, se estende, na verdade, a todos. Quanto mais produzirmos heterogeneidade e considerarmos as diferenças, mais atuaremos na construção permanente de uma sociedade plural, onde todos podem ser iguais, por serem todos diferentes.

No Desenho Universal, a arquitetura e a configuração dos mobiliários permitem que a maioria das pessoas se locomova e realize o que deseja com conforto, segurança e autonomia. Calçadas sem obstáculos e com guias rebaixadas, essenciais para cegos e cadeirantes, trazem segurança para a caminhada de idosos, possibilitam que ciclistas, skatistas e patinadores atravessem as ruas com facilidade, e pessoas com carrinhos de bebês possam seguir seu percurso sem exaustão. Um maior número de habitantes pode assim optar por outras formas de locomoção que não os automóveis, gerando uma melhoria da qualidade de vida de todos. E assim seguem os benefícios da acessibilidade para o público geral: uma cidade que pensa a altura das coisas acessíveis para cadeirantes, por exemplo, permite que as crianças possam ter uma melhor visão, compreensão e participação no cotidiano de seus pais ou acompanhantes. Um espaço bem sinalizado, com símbolos universais e de fácil compreensão, contribui para a autonomia de pessoas não alfabetizadas, estrangeiros e surdos – principalmente em locais onde há avisos sonoros, como aeroportos e rodoviárias –, mas claramente auxiliam todos.

A cidade que prioriza o pedestre viabiliza mais encontros, fazendo com que o transitar/estar de passagem dê lugar ao estar, e os moradores possam habitar verdadeiramente a cidade. Ambientes que integram também áreas de repouso para pessoas com mobilidade reduzida, propiciam pausas nos cotidianos dos transeuntes, trazendo uma percepção diferenciada do tempo e do espaço, de si e dos outros, proporcionando uma apreensão mais sensível do mundo.



Deslocando essa análise da acessibilidade física para a atitudinal, percebemos que a mudança da temporalidade, necessária por vezes para se comunicar com pessoas com comprometimentos motores, intelectuais ou psicossociais, nos leva a aprimorar nossa escuta e constatar que o tempo acelerado – e por vezes improdutivo – nas comunicações em geral, pode gerar mais “monólogos coletivos” do que diálogos reais.

Ao longo da história, espaços abertos inseridos em contextos urbanos tiveram – e ainda têm – um aspecto importante na vida da cidade, sendo os locais onde a noção de público se concretiza. É no espaço urbano que a esfera pública se dá, e o poder coletivo de corpos nos espaços compartilhados se anuncia. Encontros, embates e debates permitem que cidadãos se reconheçam como sujeitos protagonistas e capazes de reinventar suas vidas.

**ESSES SÃO ALGUNS EXEMPLOS QUE NOS MOSTRAM QUE A BUSCA POR UMA CIDADE MAIS ACESSÍVEL É TAMBÉM A BUSCA DE UMA CIDADE MAIS HUMANA, MAIS FRATERNAL, ONDE TODOS PODEM DESENVOLVER CADA VEZ MAIS AS SUAS POTENCIALIDADES.**



# QUAIS OS BENEFÍCIOS DA ACESSIBILIDADE PARA O PÚBLICO DIVERSO?

**Viviane Sarraf**

É preciso considerar a ampla abrangência do termo acessibilidade quando pensamos nele. Para muitos, ele diz respeito somente à eliminação de barreiras físicas. Entretanto, para outros, tem a ver com a possibilidade de chegar a um local, de poder adquirir bens de consumo e de obter direitos e serviços garantidos pelos direitos humanos ou do cidadão.

Contudo, para compreender a noção de acessibilidade de forma global e múltipla, em termos de **acessibilidades**, é preciso considerar que ela abrange tanto o amplo universo do acesso à cultura e às artes, quanto o público diverso beneficiado por projetos, ações e recursos acessíveis.



A vantagem de adotar o Desenho Universal como parâmetro para garantir o acesso para todos os públicos dos espaços culturais é permitir que as configurações físicas e comunicacionais e a criação de novas estratégias de formação de público sejam adequadas para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, sociais ou de habilidades, uma vez que esses parâmetros consideram uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários para que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do corpo do indivíduo, postura, mobilidade e aptidões sensoriais ou intelectuais.

Assim, uma instituição que deseja ser realmente acessível deve trabalhar para que todos os públicos sejam atendidos em suas ações culturais e educativas. Não basta que profissionais de arquitetura e design de exposições eliminem as barreiras físicas. Para eliminar barreiras comunicacionais e atitudinais, a acessibilidade deve ser pensada de forma transversal, ou seja, ela envolve toda a equipe de uma instituição.

Com isso podemos dizer que a acessibilidade coloca para os próprios espaços culturais, como um todo, questões que dizem respeito a sua missão, função e objetivo enquanto local de promoção e produção de cultura, educação e cidadania. É, sem dúvida, um tema que pode por em movimento, em reflexão, um espaço cultural, fazendo deles espaços dinâmicos e vivos.

**Imagem de pictograma (símbolo) para sinalização de vaga de automóvel para pessoa com deficiência**





# O QUE É ACESSIBILIDADE ATITUDINAL?

Os comportamentos e procedimentos dos funcionários e frequentadores de cada instituição podem ser o diferencial que fará com que a experiência do visitante seja, ou não, positiva e significativa. A começar pela qualidade da recepção realizada pela equipe de atendimento ao público: de que forma que, por exemplo, o visitante é acolhido e orientado pela equipe de recepção e segurança?

As condutas devem ser sempre livres de estigmas, preconceitos, estereótipos ou discriminações, em relação a qualquer pessoa.

Na busca de excelência na qualidade do atendimento, na programação geral e nas ações educativas, treinamentos realizados por profissionais da própria equipe ou por convidados externos que tenham experiência no trabalho com acessibilidade podem auxiliar. Tais treinamentos devem atuar em duas frentes: a **instrumentalização**, que diz respeito ao conhecimento da diversidade, das deficiências e de suas especificidades, e o que for necessário para eliminar as barreiras; e a **sensibilização**, que visa trazer a consciência sobre a importância de condutas acessíveis.

ESTE CADERNO SEGUE NESSE SENTIDO:

**PRIMEIRO TRAZ  
INFORMAÇÕES  
RELEVANTES  
SOBRE O PÚBLICO DIVERSO  
E POSSIBILIDADES DE TRABALHOS COM ELE  
PARA, ENTÃO, LEVANTAR REFLEXÕES  
QUE PODEM AUXILIAR  
A PENSAR E PROMOVER AS**

**ACES  
SIBILI  
DADES.**



# O QUE É IMPORTANTE SABER

SOBRE  
AS PESSOAS  
E SUAS  
DIVERSIDADES?

**Pessoas são diferentes. Todos nós somos singulares.**  
O que nos iguala é, justamente, o fato de sermos diferentes e de termos o direito de exercer, na sociedade, isso que é nossa marca enquanto seres humanos:  
**nossa singularidade.**



### **TECNOLOGIA ASSISTIVA**

Recursos tecnológicos e técnicos adequados para promover o acesso a conteúdos de educação, trabalho e tarefas da vida diária.

### **ACESSIBILIDADES**

Acessibilidade como uma noção plural, voltada para o público diverso e para amplo universo do acesso à cultura e às artes.

### **DIVERSIDADE**

Ser singular é a norma e não a exceção da dimensão humana.

### **DESENHO UNIVERSAL**

Ambientes e produtos devem ser projetados para todos e não somente para pessoas com deficiência.

### **ACESSIBILIDADE ATITUDINAL**

As equipes devem ser sempre livres de estigmas, preconceitos, estereótipos ou discriminações, em relação a qualquer pessoa e estar preparadas para receber a diferença. **PESSOAS SÃO DIFERENTES - todos nós somos singulares.**

### **LIBRAS**

Língua Brasileira de Sinais, forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

### **BARREIRAS ATITUDINAIS**

Preconceitos, estigmas e estereótipos, que resultam em discriminação.

### **SISTEMA BRAILLE**

Código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas.

### **CIDADE ACESSÍVEL**

Cidade mais humana, mais fraterna, onde todos podem desenvolver cada vez mais as suas potências e diversidades.

AMARELOS

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

A deficiência física, segundo a definição da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU de 2006, é considerada uma “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física” cuja apresentação pode se dar de diferentes formas.

Essa definição nos diz que pessoas com membros inferiores e superiores amputados, pessoas com nanismo, pessoas com deformação nos membros e paralisia cerebral também têm deficiência física. Nem sempre uma pessoa com deficiência física utiliza cadeira de rodas, e, quando precisa, há diversos tipos de cadeiras para atender diferentes necessidades e preferências.

Pessoas com deficiência física – exceto as que tenham deficiência múltipla – não têm limitações sensoriais e intelectuais, mesmo que apresentem dificuldade de fala e controle de movimento como é o caso de muitas pessoas com paralisia cerebral.

A principal reivindicação dessas pessoas é pelo direito de ir e vir e pela autonomia. Para que essas demandas sejam supridas são necessárias mudanças físicas e atitudinais por parte dos governos e da sociedade.

Sabemos que a acessibilidade física é representada principalmente por rampas, elevadores, corrimãos e plataformas elevatórias. No entanto, esses recursos precisam ser usados com a consciência de que eles não são suficientes. Além dessas transformações, é necessário mudar o olhar em relação às dificuldades de locomoção existentes no espaço urbano e também nas áreas rurais e litorâneas.

Ao planejar as adequações para acessibilidade de espaços abertos ao público, é necessário considerar, inclusive, o acesso dos visitantes com deficiência até o local. É preciso pensar no transporte público, nas calçadas do entorno, nas vagas de estacionamento e na garantia de informação capaz de indicar a melhor forma de chegar ao local, enfrentando o mínimo de barreiras existentes no trajeto.

No Brasil existe, desde 1984, a Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT). Esse documento, que já sofreu diversas revisões com o objetivo de tornar seu entendimento mais claro, foi regulamentado em 2004 pelo decreto-lei 5.296/2004. Segundo esta norma, para atender as pessoas com deficiência física, é necessário a garantia alguns recursos de acessibilidade física, os quais veremos logo adiante.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Quando pensamos em pessoas com deficiência visual, devemos considerar que existem aquelas que têm perda total da visão ou cegueira e as que têm perda parcial ou baixa visão (menos de 10% de resíduo visual ou 0,30 – Snellen). Há também o fator de a deficiência ser congênita ou adquirida, o que resulta em algumas diferenças que influenciam na orientação e mobilidade, aprendizado do sistema Braille (código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas) ou adequação à leitura ampliada e fatores como presença de memória visual.

A cegueira ou baixa visão tem diferentes causas e muitas patologias – como as de origem na retina que podem evoluir de baixa visão à perda visual total em alguns anos.

A pessoa cega ou com baixa visão pode e deve levar uma vida normal: ter acesso à reabilitação, ao apoio educacional, à garantia de emprego e de ofertas de lazer e cultura.

Apesar de não enxergar ou enxergar muito pouco, as pessoas com deficiência visual aprendem a usar seus outros sentidos para se orientarem, locomoverem dentro de seus ambientes cotidianos e em novos locais, perceberem os elementos naturais e culturais e se protegerem de situações que representem risco.

Em algumas circunstâncias nas quais a acessibilidade ainda não é garantida integralmente, essas pessoas precisam de nossa ajuda. Por exemplo: para atravessar a rua de forma segura, já que quase não existem semáforos sonoros; para encontrar estações, pontos e terminais de transporte público em situações novas, uma vez que na maior parte dos serviços não há piso tátil de orientação; na descrição de imagens e ambientes em espaços culturais e apresentações cênicas, já que as informações sonoras não oferecem informações suficientes das imagens e recursos visuais utilizados.

No Brasil, segundo o Censo do IBGE, de 2010, há mais de seis milhões de pessoas com deficiência visual. Grande parte dessa população tem ocupação em tempo parcial e integral como educação (da educação básica à universidade) e trabalho remunerado (empresas, repartições públicas, ONGs). Além da educação e do trabalho, muitas pessoas com deficiência visual também praticam esportes, atividades artísticas e utilizam as opções de lazer e cultura como centros culturais, cinemas, teatros e museus.

Há também atletas, artistas, atores, dançarinos, fotógrafos, músicos, artesãos profissionais e amadores que transpõem as barreiras atitudinais da sociedade e mostram sua capacidade de criação e superação.

VERDES



## SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Para quem não tem contato com nenhuma pessoa surda, e desconhece o contexto da surdez, ela pode ser compreendida tão somente como uma deficiência, uma perda auditiva que faz com que a pessoa escute muito pouco, ou nada. Seu entendimento pode assim permanecer restrito ao campo da falta e da patologia, requerendo reabilitação e tratamento. O universo da surdez, porém, é muito mais complexo e interessante. Para conhecê-lo é necessário vislumbrar o que é ser surdo, as implicações a que os surdos foram submetidos historicamente e as condições em que se encontram atualmente.

Imagine não compartilhar, de forma direta, da língua que a maioria das pessoas que estão ao seu redor se comunicam: a língua oral. Enquanto a audição é um dos sentidos dominantes e essenciais na comunicação, apreensão e percepção do mundo para os ouvintes, para os surdos essas se dão por outros sentidos. Sendo a língua intrínseca para o desenvolvimento das relações humanas e de suas culturas, os surdos têm sua forma de comunicação própria, que é visual, espacial e motora: a língua de sinais.

É essencial tomar conhecimento da opressão a que os surdos foram submetidos ao longo dos séculos, na qual sempre se

buscou a sobreposição da forma de comunicação oral usada pela maioria ouvinte, privando os surdos da aquisição de uma língua primeira essencial para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e subjetivo. Essa história é contada pelo escritor e neurologista Oliver Sacks em seu livro "Vendo vozes" (1998), onde há o relato de como as línguas de sinais foram proibidas inúmeras vezes em vários países. A regra adotada, de que as comunicações deveriam ser orais, trazia o entendimento de que os surdos precisariam desenvolver a fala. A aquisição da oralidade, porém, sem uma língua primeira (a língua de sinais), sempre se mostrou um árduo e longo trabalho que trazia significativos prejuízos ao desenvolvimento dos surdos. Isso ficava evidente ao constatar que nas escolas que usavam a língua de sinais, os surdos apresentavam o rendimento escolar superior aos somente oralizados, além de conseguirem desenvolver a fala tão bem quanto os surdos educados nas escolas oralistas. Mesmo assim, a língua de sinais ainda enfrentaria muitas proibições. Quando permitidas, eram vítimas de outra concepção equivocada: acreditava-se que elas não possuíam gramática própria e que deveriam seguir a estrutura da língua falada. Esse equívoco perdura até hoje, e muitos ainda acreditam que a Libras, por exemplo, é uma espécie de "português sinalizado".

Atualmente, sabe-se que as línguas de sinais são verdadeiras línguas, com léxicos e gramáticas próprios. Nelas, diferentes sinais são compostos pelas configurações das mãos, os movimentos e os pontos de articulação. Integram a sua estrutura gramatical as expressões faciais, o posicionamento espacial e outras composições que envolvem o corpo todo. São línguas que possibilitam o pensamento e a comunicação e foram constituídas por um complexo processo de elaboração, por meio da experiência comunicativa de várias gerações de pessoas surdas. Como qualquer língua, ela tem diferenças regionais e cada país pode ter uma ou mais línguas de sinais, oficializadas ou não.

No aspecto geral, importantes avanços têm ampliado as formas de comunicação das pessoas surdas e difundido o conhecimento sobre essa comunidade. Cada vez mais há surdos e intérpretes de Libras trabalhando em espaços públicos e privados. A evolução da tecnologia auxilia e facilita progressivamente o acesso à informação e o desenvolvimento dos surdos. Faculdades são obrigadas por lei a fornecerem intérpretes. O número de pessoas surdas com formação superior tem aumentado expressivamente nas últimas décadas. Crescem as manifestações artísticas idealizadas nas línguas de sinais, além das interpretações em Libras que acessibilizam espetáculos de teatro, dança, música e mostras de artes visuais.

Intensificam-se as reivindicações de direitos dos surdos – como a educação bilíngue – e também a participação política de líderes e ativistas surdos em espaços de tomada de decisão e de políticas públicas. Transformações como essas iluminam identidades, capacidades das pessoas surdas e ressignificam estigmas antigos – como o fato de que durante décadas foi comum se referir ao surdo como surdo-mudo. É fundamental desconsiderar esse termo. Os surdos não são mudos. Eles podem ser oralizados (desenvolver a fala) ou optarem por não falar e tampouco emitir sons, por preferirem se comunicar em sua língua primeira, a língua de sinais.

Assim como há surdos oralizados e fluentes no português falado ou escrito, existem surdos pesquisadores e especialistas na pedagogia da língua brasileira de sinais. Surdos que usam aparelho auditivo para perceber alguns sons que consideram essenciais. Alguns que conseguem se comunicar totalmente e reconhecer inclusive vozes com o uso desses aparelhos. Há também os surdos que não gostam e preferem não usar, pois não se sentem confortáveis com o excesso de ruído. Existem surdos com implante coclear, e também surdos que passaram por essa cirurgia e optaram por revertê-la, pelo mesmo motivo citado acima.

**ROSAS**

Há surdos que se comunicam em língua de sinais desde os primeiros meses de vida, e surdos que tiveram o diagnóstico da surdez e o conhecimento da língua de sinais tardios. Surdos que têm fluência em várias diferentes línguas de sinais. Também é bastante comum surdos de uma nacionalidade conhecerem e conseguirem se comunicar com facilidade com surdos de outra nacionalidade, cuja língua de sinais nativa desse outro país desconhecem completamente. Isso é bastante provável com os que tiveram uma educação sólida em língua de sinais. É possível, por exemplo, que um surdo holandês e um surdo brasileiro consigam se comunicar em poucos dias, mesmo sem conhecer a língua alheia, o que dificilmente ocorreria com um ouvinte brasileiro e um ouvinte holandês. Pela habilidade de comunicar coisas que a língua falada não consegue e por serem fluentes em uma língua que facilmente transcende barreiras internacionais, estudiosos surdos se denominam “cidadãos globais” ou “cidadãos do mundo”.

## PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA

Surdocegueira é considerada uma deficiência que acomete de forma total ou parcial a visão e a audição. A comunicação com essas pessoas é feita geralmente com uso de sistemas de comunicação táteis. Os mais comuns são a Libras Tátil, que usa os sinais de Libras na palma das mãos e antebraço, e o Tadoma, no qual a pessoa com surdocegueira coloca sua mão no pescoço, queixo e boca do outro para compreender e identificar a fala por meio dos movimentos bucais e vibrações.

Existem pessoas com surdocegueiras que desenvolvem a fala e outras que preferem o uso de Libras Tátil. Há também surdocegos que contam com dois intérpretes: um com a Libras tátil nas mãos ou antebraços, e outro que faz a comunicação háptica nas costas, que por meio do toque traz expressões e intensidades ao contexto que está sendo interpretado.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Apesar de apresentar um número reduzido, existem pessoas com deficiências múltiplas, isto é, aquelas que têm mais de uma deficiência. Por exemplo: pessoas com deficiência física e visual; deficiência intelectual e física; com deficiência auditiva e intelectual ou física.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

As pessoas com deficiência intelectual receberam, ao longo da história, diferentes terminologias, a maioria delas bastante pejorativas (SASSAKI, 2005). Em 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com outras instituições internacionais, realizou em Nova York um simpósio chamado “Intellectual Disability: Programs, Policies, and Planning for the Future” (“Deficiência intelectual: programas, políticas e planejamento para o futuro”). Nessa ocasião, o termo deficiência intelectual foi oficialmente usado, em substituição à noção de deficiência mental. Em 2004, em evento realizado

pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o termo “deficiência intelectual” é consagrado com o documento “Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual” (Secretaria de Direitos Humanos, 2010).

A importância de problematizar as terminologias usadas para se referir às condições particulares das pessoas com deficiência se justifica porque denotam os avanços, em termos de direitos e condições de participação dessas pessoas na sociedade, e do próprio entendimento da questão da deficiência pela sociedade.

Segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média, associado à limitações adaptativas, em pelo menos duas áreas de habilidades – como comunicação, cuidado de si, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho – que ocorram antes dos 18 anos de idade<sup>2</sup>.

Dito de outra forma, a pessoa com deficiência intelectual tem mais dificuldade para aprender, entender e desempenhar tarefas do dia a dia, por exemplo. Geralmente elas têm um tempo de aprendizagem, compreensão e de relação com as situações da vida que se diferencia da norma e, por isso, são

<sup>2</sup> Tal definição se alinha àquela proposta pelo DSM-V, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

sujeitos que apresentam uma maneira diferente e singular de estar no mundo das relações. Ou seja, têm um ritmo próprio, necessitando de um tempo diferenciado para fazer ou compreender as coisas. Mas isso não significa que essas pessoas sejam incapazes. A questão é que elas precisam ser estimuladas a descobrir seu potencial para que possam seguir um ritmo singular de vida que considere e inclua sua participação na sociedade.

Promover acessibilidade para esses sujeitos significa oferecer informações que sejam claras, propor experiências mais concretas com as coisas da arte e da cultura, em uma perspectiva que estimule sua autonomia, potencialidade, independência e singularidade.

## PESSOAS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), aproximadamente 20% da população do país necessitaria de algum cuidado na área de saúde mental. No Brasil, podemos encontrar a expressão pessoas com transtorno mental ou psíquico, que podem ser severos e persistentes ou ainda menos graves, para se referir às pessoas em sofrimento psíquico. Historicamente, pessoas em sofrimento psíquico também foram nomeadas por outros termos como psicopatas, alienados, insanos, doentes mentais ou psicóticos. O termo louco, muitas vezes, também é usado para se referir a esses sujeitos.

**VERMELHOS**

A que se devem tantas nomeações e qual a importância delas? O que isso diz, de fato, sobre esses sujeitos? Se esses termos nada dizem sobre a singularidade de cada um, certamente eles desvendam a forma como a sociedade agencia sua relação com essas pessoas. De doentes mentais a pessoas em sofrimento psíquico temos um caminho de valorização da singularidade destes sujeitos. Ao invés de doentes são, em primeiro lugar, pessoas.

A relação da sociedade com a loucura foi descrita pelo filósofo francês Michel Foucault em seu famoso livro "História da loucura na idade clássica" (1961). Nele, Foucault demonstra como a loucura, antes também entendida como uma intercorrência do humano, passa a ser capturada e excluída pelo discurso da psiquiatria clássica, que a encarcera em um diagnóstico, a doença mental, e em suas instituições asilares excludentes e violentas. A diferença que a loucura revelava deveria ser excluída do social, do convívio, sendo o louco considerado um indivíduo sem razão ou perigoso. Problematizar os nomes da loucura, os nomes dessa diferença do humano, é colocar em cheque a forma como a sociedade se relaciona com aquilo que foge aos padrões e à norma, aquilo com o qual essa sociedade não se identifica, embora seja algo ao qual qualquer sujeito, em maior ou menor grau, pode vir a ter que se confrontar, seja em uma experiência própria ou de alguém próximo.

O campo da saúde mental, que se ocupa das pessoas em sofrimento psíquico, revela, ao se denominar dessa forma, que a questão está mais na promoção da saúde, que deve ser entendida em seu aspecto ampliado, como preconizado pela Organização Mundial de Saúde: "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças". Além disso, o campo da saúde mental se dedica, sobretudo, à produção da singularidade e da cidadania de todos.

As pessoas em sofrimento psíquico podem ter uma forma bem peculiar de estar no mundo, de se relacionar com os outros, de interpretar fatos e sensações. Isso, contudo, não faz delas seres humanos fora do mundo em que vivemos, do mundo compartilhado. Da mesma forma que eles não estão fora do mundo, a maneira que a sociedade deve se relacionar com essas pessoas não pode estar pautada na exclusão social.

Para que as pessoas em sofrimento psíquico possam ter acesso aos bens culturais e artísticos é preciso que os espaços culturais estejam abertos à novas perspectivas de diálogos e convívio. Além disso, que sejam capazes de romper com determinadas ideias preconcebidas a respeito da loucura, como desrazão e periculosidade, e que se entendam como espaços potenciais para o exercício da cidadania e da singularidade destas pessoas.

## PESSOAS COM AUTISMO

A questão das pessoas com autismo tem dividido os diferentes saberes que se dedicam a estes sujeitos e gerado muitas discussões e divergências.

O adjetivo “autista” foi introduzido na literatura psiquiátrica em 1906 pelo psiquiatra Plouller (SOUZA; SANTOS, s/d) para se referir às pessoas que tinham um comportamento considerado ensimesmado. Na época, o psiquiatra estudava o processo do pensamento de pacientes que tinham diagnóstico de demência precoce (MOSCHINI; SCHMIDT, 2012), patologia mais tarde nomeada de esquizofrenia.

Contudo, foi o psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, o primeiro a se referir ao autismo como transtorno básico da esquizofrenia, que implicava na limitação das relações pessoais e com o mundo externo, parecendo excluir tudo que parecia ser o “eu” da pessoa. Dessa forma, o autismo passou a ser entendido como perda de contato com a realidade, ocasionado pela impossibilidade ou grande dificuldade na relação com o outro, da possibilidade de se comunicar.

Em 1943, o psiquiatra infantil suíço Leo Kanner retoma a questão do autismo, caracterizando-a como um isolamento extremo do sujeito, um desapego ao ambiente. Em seu trabalho “Alterações autísticas do contato afetivo”, Kanner diferencia o autismo, definido por ele como uma síndrome específica – autismo infantil precoce – de outras psicoses

graves na infância. Utilizando o termo difundido por Bleuler, Kanner reservou tal noção para designar o que hoje conhecemos como autismo, testemunhado por fenômenos como o mutismo, a fala ecológica (repetição de som, como um eco) as estereotípias, o desvio do olhar e o extremo retraimento destes sujeitos, ou seja, sua relação peculiar e quase de recusa ao outro, ao mundo (RIBEIRO, 2005).

De adjetivo (Plouller) à síndrome (Kanner), passando pela caracterização como sintoma ou transtorno da específico da esquizofrenia (Bleuler), o autismo se tornou uma entidade clínica específica, que com o passar dos anos, vem sendo definida de diferentes formas.

Outro aspecto fundamental a se destacar a respeito do autismo é o fato de que sob esta denominação encontramos uma gama variada de situações e apresentações muito diferentes umas das outras, que possuem gradações que vão das mais leves às mais graves, o que permite falar em espectro autista e que se encontram relacionadas com as dificuldades de comunicação e relacionamento social.

Atualmente, podemos dizer, de maneira resumida, que uma grande discussão gira em torno das questões clínicas que envolvem as pessoas com autismo, o que já divide bastante os diferentes campos que se dedicam aos cuidados destes sujeitos. Tais problematizações são importantes, sem dúvida.



**AZUIS**

Contudo, elas, por si só, não são suficientes para circunscrever o que estaria em jogo na vivência de um sujeito com autismo, visto que se tratam, como vimos acima, de situações e apresentações muito variadas entre si, pelas quais passam sujeitos singulares.

É preciso, então, focar a questão da diversidade que caracteriza cada uma dessas pessoas enquanto sujeitos que possuem formas diferentes de estar no mundo das relações, formas distintas das mais habituais, formas que marcam a singularidade de cada um. Assim, é imprescindível compreender que o singular nesses sujeitos é sua forma de se comunicar com o outro e que considerar essa especificidade é um caminho possível para estabelecer relações e compartilhar experiências.

## GRUPOS MINORITÁRIOS

A equivocada noção de considerar diferenças como prejuízos é oriunda do entendimento de que existe uma maneira “correta” de ser: maneira essa imposta por uma conduta normativa e dominante que dita as formas “naturais” de existir e estar no mundo. O número de pessoas depreciadas por esse contexto é incontável e abarca todos os grupos denominados minoritários (minoritários não por sua quantidade e incidência na população, mas pela falta de garantia de seus direitos).

## LGBT

A tomada de consciência das questões que envolvem gênero e sexualidade nos coloca em um lugar de constante questionamento e muitas vezes de desconforto ao criarmos condições de escuta das diferenças que se agitam em nossa subjetividade (ROLNIK, 1995). A história e a vida cotidiana nos atravessam e legitimam com frequência a lógica binária, branca e normativa do sistema. Essa situação gera, marcações simbólicas e atritos nas identidades múltiplas que se poderia experimentar. “O corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1990). Como desconstruir mecanismos fixos sociais atribuídos aos indivíduos através da educação? Como podemos pensar/viver o gênero e a sexualidade de outras formas que não as normativas?

O manifesto da contrassexualidade de Paul Beatriz Preciado situa a sexualidade fora do funcionamento binário das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade – pensando os indivíduos e seus corpos de outra maneira –, e a sexualidade como tecnologia, fluxos de energias, redes etc. O que está em jogo quando tratamos dessas questões, que estão intrinsecamente ligadas à educação e à cultura, não é apenas sobre os corpos que transitam, performatizam,

ou se tornam *queer*<sup>3</sup>, mas sim a política e as relações de poder que os envolvem, determinando seus posicionamentos no mundo, pensando que vivemos em uma sociedade onde as construções sociais se tornam cada vez mais marcadas e engendradas, dentro do que formulamos por comunidade.

O corpo não é um dado passivo sobre o qual atua o biopoder, mas mais exatamente a potência mesma que torna possível a incorporação próstética dos gêneros. A sexopolítica não é apenas um lugar de poder, mas sobretudo o espaço de uma criação onde se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais. As minorias sexuais se convertem em multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão se torna *queer* (PRECIADO, 2003).

A diversidade, expressão muitas vezes usada para nomear esses movimentos, atua ao lidar com as diferenças, ou melhor, em respeitá-las e em desestabilizar a norma. Portanto, a sigla LGBT (que representa as pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais), apesar de limitadora, no sentido de não englobar todos os processos que se pode vivenciar com a sexualidade/gênero, denomina

<sup>3</sup> Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante (LOURO, 2001).

e marca as possibilidades incorrentes dos indivíduos de construir territórios com segurança e liberdade para viverem seus desejos, pulsões e afetos. Nesse sentido, não se pode deixar de demarcar a importância representativa da criação de tais nomeações, por uma política de visibilidade e legitimação dos direitos civis comuns a todos. Pensar e viver tais questões é também tomar consciência do papel que o patriarcado (SCHOLZ, 2010) continua assumindo nas práticas cotidianas (sejam elas nas ruas, escolas, museus, moradias), e na história, e que está atrelada à construção social dos gêneros, do sexo, da sexualidade e, conseqüentemente, da educação. Os territórios de escuta e respeito tramam novos momentos para a pluralidade que o ser humano pode constituir e vivenciar – ser corpo é ser afeto e político – a abertura para o entendimento do outro, amplia o nosso estar no mundo e assim nos refaz enquanto humanos também.

Dessa forma, é preciso construir práticas relevantes para uma produção de discursos e ações para combater a violência (que leva muitas vezes à morte) diária sofrida pelos indivíduos ditos não normativos. Tanto a educação quanto a cultura têm papéis fundamentais nessas práticas por serem dispositivos que têm liberdade e potência para questionar e reinventar padrões estabelecidos como verdade nos espaços comuns. Entender a diversidade é também vivenciá-la como lugar diário, e que das micro-ações chegamos às mudanças efetivas.



# COMO É POSSÍVEL

## PROMOVER ACESSIBILIDADES EM ESPAÇOS CULTURAIS?

### PARA TODO O PÚBLICO

A programação deve ser planejada de forma acessível, de acordo com as possibilidades de cada instituição, visando a participação dos diferentes públicos. Como já citado aqui, a acessibilidade atitudinal é fundamental para a construção de um ambiente verdadeiramente diverso, sem estigmas ou preconceitos, onde todos têm equiparação de oportunidades.

A acessibilidade física garante a autonomia de circulação e alcance. A acessibilidade comunicacional concede acesso à informação. A acessibilidade sensorial e estética promovem a experiência, no sentido proposto por Larrosa (2002), possibilitando a construção de sentidos abertos, permitindo que as pessoas vivenciem acontecimentos significativos e singulares com a arte e a cultura. Assim, existem diversos recursos e atitudes que podem ser o diferencial que viabilizará que os visitantes usufruam integralmente de uma atividade cultural, os quais veremos a seguir.

É importante que a equipe do educativo e da instituição como um todo integre profissionais com deficiência, e que artistas e curadores estejam diretamente envolvidos nos projetos de acessibilidade.

## DEFICIÊNCIA FÍSICA E MOBILIDADE REDUZIDA

- Equipe capacitada para agir de forma proativa diante das diferentes necessidades de acesso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Ao menos um sanitário acessível, com trocadores adaptados para pessoas com deficiência acompanhadas de crianças, em cada andar da edificação, sempre destrancado e pronto para o uso;

- As rampas devem estar de acordo com as diretrizes da norma, devendo haver um cuidado especial com as inclinações excessivas;
- Os pisos e passarelas devem ser planos, lisos e antiderrapantes;
- A mobilidade nos espaços deve ser fácil, com corredores amplos;
- Todas as escadas e rampas devem ter corrimãos dos dois lados e com duas alturas para facilitar o uso por pessoas de baixa estatura;
- As portas devem ter largura suficiente para passagem de pessoas em cadeiras de rodas (manual e motorizada);
- Os balcões, bilheterias, mesas de apoio e telefones e serviços públicos devem estar a uma altura apropriada para pessoas em cadeiras de rodas;
- Assentos de descanso em quantidade adequada nos espaços de espera, convivência e exposição;
- Cadeiras de rodas ou carrinhos motorizados devem ser disponibilizados para uso interno dos visitantes que necessitem.

## DEFICIÊNCIA VISUAL (Cegueira e baixa visão)

- Elevadores com botoeira em Braille e sinal sonoro;
- Pisos podotáteis para indicar obstáculos e direcionar rotas;
- Folhetos e mapas informativos do espaço, com informações em Braille e letras ampliadas;
- Sinalização de entrada e saída de acessos, sanitários e serviços claramente identificadas com corpo de letra grande com contraste, placas em Braille e pictogramas (sinais visuais);
- Iluminação nos espaços de circulação, leitura, exposição e salas multiuso suficientes para uma boa acuidade visual;
- Computadores para consulta e interação com teclado e software sintetizador de voz para pessoas com deficiência visual;
- Audioguias acessíveis com audiodescrição das imagens;
- Baia de descanso e potes de água para cães-guias.

## SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

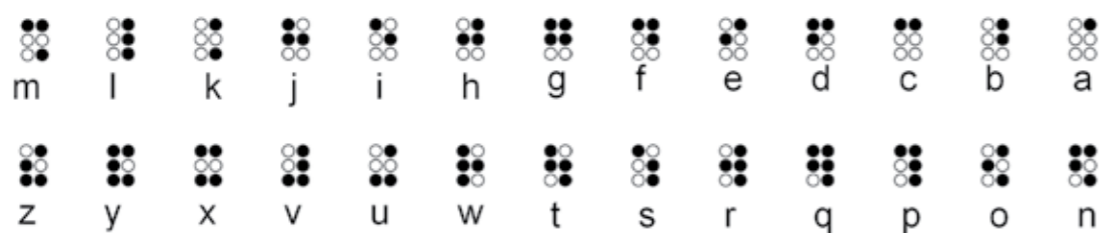
- Equipe de atendimento ao público (recepção, segurança e educadores) minimamente capacitada para dar informações básicas aos visitantes como dar as boas-vindas e indicar localizações. Um curso de língua brasileira de sinais para essa equipe é recomendado;
- Vídeos gravados em língua de sinais por surdos e/ou intérpretes para divulgação institucional e da programação das exposições ou temas e assuntos variados;
- Informações gerais também podem ser disponibilizadas nos sites; por exemplo, vídeos em Libras;
- Os vídeos devem ser legendados, para abranger tanto os que se sentem mais confortáveis com a língua brasileira de sinais quanto com o português escrito;
- Educador surdo fluente em Libras. Além da comunicação direta, o fato de crianças surdas serem recebidas por um educador surdo e terem essa referência é extremamente positivo para o reconhecimento da identidade surda;

- Intérpretes de língua de sinais devidamente qualificados para palestras, seminários e afins. Deve haver um número mínimo de dois intérpretes que se revezam. O ideal é que os intérpretes tenham acesso ao conteúdo que será abordado previamente, para aprimorar a qualidade de interpretação.

### ALFABETO DE SINAIS / LIBRAS



### ALFABETO ESCRITA BRAILLE



## SURDOCEGUEIRA

Para que as pessoas com surdocegueira tenham direito de acessar os locais e conteúdos oferecidos, a sociedade precisa contar com os serviços dos guias-intérpretes e dos recursos de tecnologias assistivas táteis e vibratórias (linha Braille, estenotipia Braille, sinais sonoros vibratórios). As organizações de apoio às pessoas surdocegas costumam oferecer o serviço desses profissionais ou indicá-los para contratação.

## DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O contato com as pessoas com deficiência intelectual nos faz perceber o quanto precisamos aprimorar nossa a qualidade de comunicação, com atenção especial à temporalidade e à escuta. Certifique-se que a pessoa com deficiência intelectual compreendeu o que foi dito, e repita caso seja necessário. Além disso, é preciso atentar para a forma como uma mensagem está sendo enunciada e se ela não carrega ambiguidades ou cortes de informações. Essas são sugestões úteis para o desenvolvimento de uma comunicação efetiva com esse público. Porém, não é necessário nem recomendável mudar o tom de voz para falar com pessoas com deficiência intelectual, ou se comunicar com elas de maneira que as infantilize. A pessoa com deficiência intelectual deve ser tratada de acordo com a sua faixa etária.

Recursos que promovam a comunicação sensorial também podem auxiliar nas diversas atividades culturais, como maquetes táteis e outros materiais sensoriais de apoio com texturas, contraste, aromas entre outros.

Como com qualquer um, é importante estar atento aos interesses e habilidades da pessoa com deficiência intelectual para que ela possa desenvolver plenamente suas potencialidades.

## DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Considerando as possíveis deficiências (visual, intelectual, física ou auditiva), as sugestões listadas anteriormente são proveitosas para promover a acessibilidade para esse público. Porém, faz-se necessário estar atento às demandas específicas de cada pessoa com deficiências múltiplas, pois ela pode ter características específicas de acordo com a sua história de vida, o quanto foi estimulada em seu desenvolvimento, a intensidade de cada deficiência (por exemplo, se é cegueira ou baixa visão, se é surdez ou perda auditiva), e o como a reabilitação foi ou está sendo trabalhada. Ou seja, não necessariamente as demandas de acessibilidade de uma pessoa com deficiências múltiplas serão as mesmas de suas deficiências somadas. Por isso, é necessária a escuta e a sensibilidade no contato com cada pessoa, para aprender a sua forma singular de se comunicar e conviver.

## SOFRIMENTO PSÍQUICO

Mencionamos aqui que o que nos iguala são as nossas diferenças e que somos todos singulares. O público da saúde mental anuncia isso de forma clara. Com ele, podemos perceber o quanto nossos conceitos de "normalidade" limitam as possibilidades de formas de ser e estar no mundo. Vimos que essa conduta já foi levada ao extremo com essas pessoas, sendo a exclusão por muito tempo a condição à elas destinadas, em hospitais psiquiátricos fechados ou manicômios.

Se desejamos e trabalhamos para que os espaços culturais sejam lugares feitos para todos, todo frequentador deve ser considerado um visitante, ou seja, não devemos nos referir a eles como pacientes ou com qualquer outro termo vindo da área da saúde.

É frequente também a equivocada noção de que se uma pessoa usuária de um serviço de saúde mental está em uma atividade cultural, ali está para fins terapêuticos ou de tratamento. É possível que consequências terapêuticas ou em prol da saúde mental possam vir a ocorrer em diversas instâncias da vida, pois a cultura é fundamental na promoção de saúde (para todos). No entanto, frequentar espaços educativos e culturais é um exercício de direito e de cidadania, por isso as ações devem ser desenvolvidas para acolher a todos em sua diversidade.

No mais, suspender estigmas e estar disposto a compreender singularidades é uma orientação que permitirá o desenvolvimento de vínculos de confiança com esse público de maneira que conexões, abordagens e entendimentos possam ser ressignificadas e multiplicadas.



## AUTISMO

Até poucos anos atrás, a maioria das pessoas com autismo tinha sua rotina restrita à espaços exclusivos, como escolas especiais e clínicas, tendo pouca circulação e convivência com os outros. Essa realidade vem mudando gradualmente e é cada vez maior o número de alunos com autismo em salas de aula regulares. As crianças de diferentes escolas têm mostrado, com primor, como essa convivência é possível e enriquecedora. Devemos considerar esse importante aprendizado e ampliá-lo para outras ações educativas e culturais. Novamente, uma atenção à temporalidade, ao ritmo e às singularidades da pessoa com autismo contribuirão para a qualidade das atividades.

Algumas pessoas com autismo costumam realizar suas atividades com acompanhantes terapêuticos, outros com os familiares ou amigos. Num primeiro momento, esses acompanhantes podem contribuir com dicas para a convivência, por exemplo, de rotinas que auxiliam na organização da pessoa com autismo. Porém, o investimento na comunicação e no contato direto com a pessoa com autismo deve ser permanente, sem exageros ou infantilizações. É importante compreender que o tempo e a qualidade de resposta tem outra lógica: não devemos esperar retornos e vínculos nos moldes das condutas da maioria. Contudo, uma observação sensível permite constatar o que pode produzir sentido para essas pessoas.

## LGBT

A criação de metodologias e práticas de escuta dos contextos e indivíduos constitui a educação contemporânea, por isso ela se articula principalmente através das experiências vividas anteriormente pelos sujeitos presentes no partilhar do conhecimento. "A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca" (LARROSA, 2002). Trazer para as práticas educacionais as memórias desses indivíduos singulariza as potências que cada um pode exercer dentro do que se experiencia, seja ela na instituição escola, museu, ou mesmo nas relações cotidianas.

O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – como, por exemplo, para identidade sexual (WOODWARD, 2000) e de gênero. "O gênero deixou de ser uma noção a serviço de uma política de reprodução da vida sexual para ser o signo de uma multidão. O gênero não é o efeito de um sistema fechado de poder, nem uma ideia que atua sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (desde a medicina até a representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de reapropriação pelas minorias sexuais" (PRECIADO, 2003). Diante disso, não devemos pressupor a identidade como uma estrutura fixa, e sim como algo ambíguo e fluído dentro de seus devires. As identidades passam por processos de constante transformação, tornando-se singular à maneira como cada ser humano pode se constituir e se fundamentar no mundo.

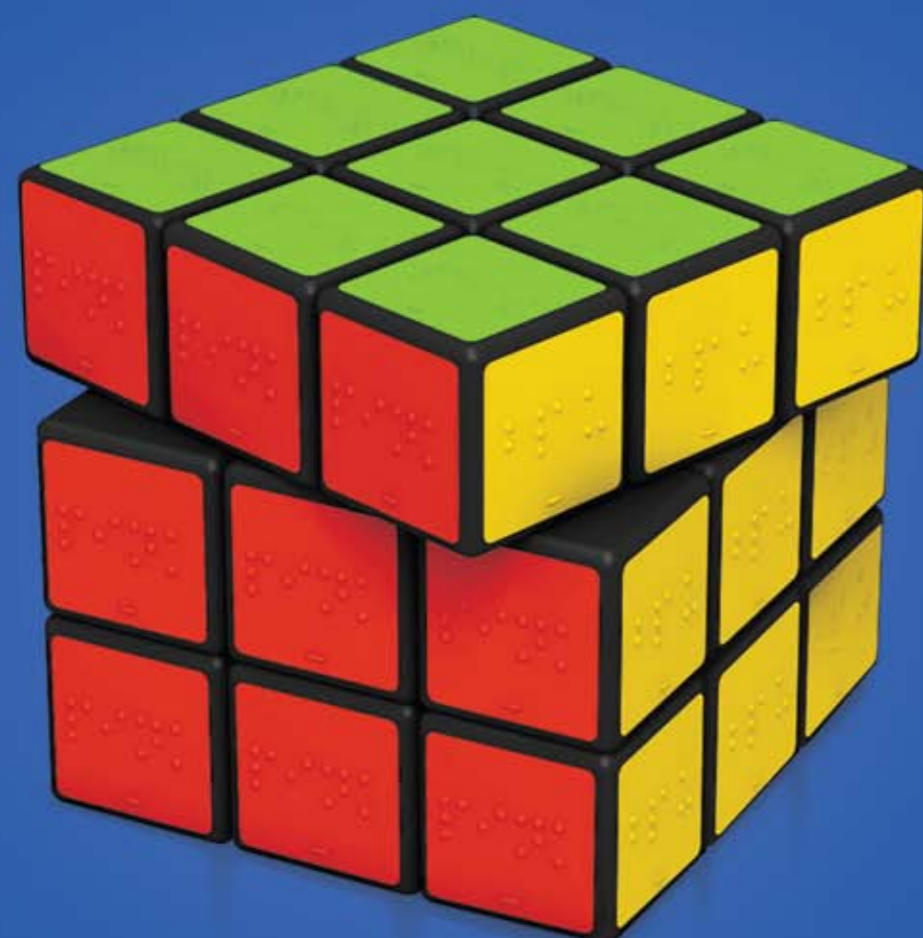
Dentre tantas questões, como podemos perceber tais singularidades nas dinâmicas e/ou espaços coletivos? Quando se vive em um sistema do capital, onde o tempo do sujeito não é o tempo do mundo, é necessário dar-se tempo para as percepções, assimilações e escutas. Assim, um dos papéis da cultura se torna cada vez mais importante na produção dos significados que atravessam as relações sociais, gerando identificações nas construções das múltiplas identidades.

Podemos pensar nos espaços culturais como instrumentos e ferramentas para experimentações e ressignificações dos espaços das cidades e das quebras às normatizações, principalmente aderidas e reproduzidas pelos padrões sociais e culturais estabelecidos. Mas quem frequenta esses espaços? De que maneira são acessíveis? Ou ainda, como torná-los acessíveis à realidades diversas, não só a instituição ou a cultura, mas sim a noção de civilidade, direitos e autonomia desses sujeitos? Diante de tantos pontos, é necessário descentralizar territórios, multiplicar os centros, mobilizar acessos que não são só os físicos, mas também os acessos afetivos e de aceitação desses corpos não normativos como parte integrante e presente desses locais. Afinal a construção e permanência dos espaços de cultura só tem sentido a partir das diferenças que ali habitam, percorrem, educam e modificam. Legitimar a importância dessas presenças, significa criar estratégias de pertencimento para esses sujeitos através da educação.

Os processos culturais são sempre dinâmicos e submetidos à história. Podem ser reguladores (restritivos, ideológicos) ou emancipadores, comprometidos com a ampliação do que entendemos por humano, inclusivos e plurais. E é desta maneira que deve ser encarado o processo de aprendizado, como emancipador, ampliador das possibilidades de discurso e de debate, sem exclusão e invisibilização de sujeitos cujas identidades causem fissuras nas normas sociais (MELINO, 2014).

A experiência que esperamos só acontecerá a partir da construção de lugares seguros e coletivos, onde todas as pessoas envolvidas devem estar preparadas para partilhar e respeitar as diferenças, sejam elas de gênero e/ou de sexualidade, criando assim espaços abertos à diversidade. A criação desses diálogos se dará, portanto, através de propostas onde se expor e se reinventar fazem parte do entendimento e da troca. Dessa maneira, é necessário constantemente repensar estratégias de fala e escuta tanto dos espaços e equipe quanto de público para que essas práticas transversais aconteçam de fato, como, por exemplo, a utilização de uma cartilha não sexista (SILVA, 2009) e a desconstrução de posturas sociais que reforçam o preconceito e estigmas às categorias não normativas.

# PARA REFLETIR



O Cubo Mágico (Rubik Cube), inventado pelo húngaro Ernő Rubik em 1974, é considerado um dos brinquedos mais populares do mundo. Em 2010, o design alemão Konstantin Datz desenvolve uma versão para cegos, na qual inclui o Braille em todas as seis faces brancas do objeto. Na ilustração acima, optamos pela versão colorida das faces com Braille, o que permite que o cubo seja usado por todos, independente de serem cegos ou não, em uma perspectiva orientada pelo Desenho Universal.

## TERMINOLOGIAS

**1-** Assim como o inapropriado termo “surdo-mudo” em português, em inglês um termo que também já foi bastante usado equivocadamente é o *deaf and dumb*, que significa surdo e burro. Ainda em inglês, pessoas com deficiência já foram chamadas de *handicaped*, que remete às mãos em forma de chapéu, ou seja, pedintes.

- Note as terminologias que você usa em seu cotidiano. Você consegue mapear quais são as conotações negativas que as palavras trazem? Recomenda substituições? Em quais casos? Dê exemplos.
- No campo da luta pelos direitos de grupos minoritários, as questões de terminologia têm sido bastante discutidas. Transcendendo a simplicidade do “politicamente correto”, que palavras te ocorrem que valorizam ou que enfraquecem as diferenças? Por quais motivos?

## O QUE TRANSCENDE O VISUAL

**1-** Em depoimento sobre museus e espaços culturais, o fotógrafo esloveno cego Evgen Bavcar<sup>4</sup> atenta para o “peso desmedido do mundo oculocêntrico” (BAVCAR, 2013), ou seja, como as obras de arte são expostas e compreendidas em museus e centros culturais sempre para serem vistas por um olhar físico e frontal.

- Pense sobre maneiras de expor e apreciar obras de arte, que abarcam outras percepções além da visão. Quais são os desafios e as possibilidades?

**2-** O escultor brasileiro cego Rogério Ratão diz que usa o seu “corpo como gabarito” (LEYTON, 2015) para compreender o espaço e a anatomia humana. É esse também o recurso por ele utilizado em suas criações escultóricas.

- Descubra uma posição que desafia o seu equilíbrio, mas que você consegue fazer; por exemplo, permanecer em um pé só. Feche os olhos e note se consegue permanecer na posição com a mesma facilidade. O que muda em seu equilíbrio? Perceba o que é necessário modificar na sua postura para buscar um equilíbrio interno que não dependa de um ponto de referência visual. Observe as reações de seu corpo.

<sup>4</sup> <http://www.evgenbavcar.com>

- Modele um punhado de argila com os olhos fechados ou vendados. Existe alguma diferença em sua percepção tátil? Tente realizar uma forma que permaneça equilibrada, como um copo ou uma taça. Veja quais os desenvolvimentos necessários para trabalhar a proporção e o equilíbrio da peça.

**3-** A descrição de imagens é um exercício muito interessante para refletir sobre o nosso olhar, nossa comunicação e como podemos estar “desaprendendo a olhar”, num cotidiano saturado de imagens.

- Trabalhe em duplas. Desenhe em um papel sulfite seis diferentes formas geométricas de tamanhos variados (que podem se repetir), distribuídas em todo o papel. Sente de costas para a sua dupla, que não teve acesso ainda ao desenho e está com um papel em branco, lápis e uma prancheta. Descreva o desenho, enquanto a dupla o reproduz. Ao final compare os dois desenhos. Se estiverem demasiados diferentes, repare o que pode ser modificado ou aprimorado na sua descrição, considerando tamanhos, distribuição espacial e formatos.
- Realize o mesmo exercício, agora descrevendo um objeto real. Compare os resultados.

- Trabalhe agora com imagens mais complexas, como fotografias e pinturas. Descreva a imagem para uma dupla ou um grupo. Os que ouvem podem direcionar a descrição com perguntas, para uma melhor compreensão da imagem. Após finalizada a descrição, o grupo pode ter acesso a imagem e compartilhar as semelhanças e diferenças descritas das compreendidas e imaginadas.

## ALÉM DAS PALAVRAS

**1-** Refletindo sobre a diferença entre entender a surdez no campo da deficiência, que requer dispositivos de acessibilidade para que as pessoas surdas possam acessar o que está sendo mostrado, e compreender as pessoas surdas no seu contexto, suas capacidades e potencialidades, que exemplos de atuação para o público surdo você imagina nessas duas abordagens: a que promove acesso e a que fortalece e difunde as identidades surdas?

- Como você idealizaria, em seu espaço de trabalho ou estudo, ações que possam trazer uma afirmação e aceitação positiva da surdez?

**2-** Assim como existem diversas escolas bilíngues de línguas orais (de português e inglês, ou francês, espanhol, italiano etc.), existem escolas de línguas orais locais e a de sinais, onde todas as crianças surdas e ouvintes aprendem e se comunicam todo o tempo em língua de sinais, como é o caso da escola municipal Tres Pins em Barcelona. Em todas as aulas há um professor fluente em língua de sinais.

- Imagine esse contexto em sua sala de aula. Quais seriam os impactos nos alunos e professores?

**3-** Na ausência de palavras, como você se comunica?

- Trabalhe em grupos. Pense numa mensagem que você quer transmitir numa frase. Fale essa mesma frase ao seu grupo quatro vezes, cada vez com uma expressão facial e corporal completamente diferente. Compartilhe as impressões.

**4-** Além da audição, você consegue perceber o som por mais algum sentido? Experimente.

- Assista um videoclipe musical no modo mudo. Perceba se o ritmo e a harmonia são transmitidos exclusivamente pelo som, ou se você consegue perceber nos movimentos dos músicos. Isso acontece exclusivamente em músicas mais agitadas/“dançantes”? Ou você consegue também perceber o ritmo e a intensidade em uma música lenta, em uma canção a *cappella*, por exemplo?

**5-** Uma forma de afinar um violão é colocar um pedaço pequeno de papel dobrado sobre a corda que se quer afinar. Segurando e tocando, por exemplo, na quinta casa da corda de cima, quando elas estiverem exatamente sintonizadas na mesma afinação, o papel irá vibrar fortemente.

- Perceba em seu corpo: ao estar perto de uma caixa de som potente você sente de forma diferente sons mais graves ou mais agudos? Você sente a vibração em diferentes partes do corpo? Existem temas, pessoas ou lugares que sintonizam de forma diferente em você?

## ACESSO AO CORPO E AOS DESEJOS

**1-** Levantamos aqui o risco de se compreender somente duas possibilidades de corpos e gêneros e o preconceito decorrente dessa construção sociocultural. Vale observarmos os papéis que estão atribuídos ao masculino e feminino em várias instâncias da vida, desde a infância.

- Repare nas brincadeiras ou interesses mais usuais de seus alunos. Há brincadeiras específicas para meninos ou para meninas? Formas de vestir? Cores? Quais as razões que você atribui a esse modo de funcionar?
- Caso seja possível diagnosticar as fronteiras estabelecidas por gêneros, você vê implicações possíveis na reprodução constante dessas condutas? Quais? Se sim, você vê a necessidade dessas fronteiras serem quebradas? Por que e como?

## A CIDADE IDEAL

**1-** A cidade é, nas palavras do sociólogo e urbanista Robert Park,

a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo (PARK, 1967 *apud* HARVEY, 2009)

Nesse sentido, podemos compreender também o exercício de se pensar a cidade como uma importante reflexão sobre o cotidiano e vida em sociedade. Um exercício de poder coletivo.

Como diz a canção (BUARQUE, C.; BARDOTTI, 1977), a cidade ideal do cachorro tem um poste por metro quadrado e não tem carro. A da galinha tem as ruas cheias de minhocas; a da gata tem sardinha num bonde -de lata. Já o jumento afirma que "a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora" (*Ibid.*). As crianças replicam:

Mas não, mas não o sonho  
é meu e eu sonho que  
Deve ter alamedas verdes  
A cidade dos meus amores  
E, quem dera, os moradores  
E o prefeito e os varredores  
Fossem somente crianças (*Ibid.*)

- Com um grupo de alunos, faça um levantamento em um painel onde todos podem contribuir com os obstáculos e dificuldades que encontram na cidade. Faça o mesmo com aspectos que agradam e aprimoram a qualidade de vida dos participantes. Realizando um cruzamento entre esses aspectos, todos podem localizar e criar sugestões para uma cidade ideal, percebendo quais intervenções beneficiam o coletivo. Há encaminhamentos viáveis de serem executados? Comece pelo próprio espaço da escola.



# ACESSIBILIDADE E LEGISLAÇÃO

No Brasil, apesar da existência de legislações e normas técnicas para assegurar o acesso a direitos básicos do cidadão – como educação, trabalho, transporte, reabilitação e saúde, além da acessibilidade física nos espaços públicos –, ainda são incipientes documentos dessa natureza que visam garantir o direito à produção artística e à participação nos espaços culturais de pessoas com deficiência. Nesse sentido, é importante lembrar que apenas neste ano de 2016 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão, a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que versa sobre a questão da acessibilidade no que diz respeito à diversos aspectos, dentre eles a comunicação, a cultura e o lazer.

Alguns espaços culturais, contudo, têm implementando suas próprias políticas institucionais para atendimento equitativo de públicos com deficiência, por meio de projetos e programas para o público diverso. A partir de 2010, artigos e afirmações sobre a necessidade de promoção de acessibilidade na produção e difusão cultural e sobre o direito de participação das pessoas com deficiência foram incluídos em dois importantes documentos da área de cultura no Brasil: no Plano Nacional de Cultura e no Plano Nacional Setorial de Museus.



As metas desses dois documentos têm o prazo de serem realizadas até o ano de 2020. Uma das metas mais ousadas para o Plano Setorial de Museus é que 100% dos museus pertencentes ao IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura – ofereçam acessibilidade universal para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
- ABNT-NBR 9050 – Norma Brasileira de Acessibilidade que explica em detalhes todos os requisitos de adequações de acessibilidade física e sinalização acessível para edificações, mobiliário e elementos urbanos. Foi regulamentada pelo decreto-lei 5.296 em 2004.
- Instrução Normativa nº 1 IPHAN-MinC – Instrução de norma de acessibilidade aplicada a museus e construções históricas tombadas contendo orientações específicas de adequações levando em consideração a preservação do patrimônio cultural. Redigida por grupo de técnicos especializados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Regulamentada pelo decreto-lei 5.296/2004 como documento de orientação para garantia de Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis.

• Decreto-lei 5.296/2004 – Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que garantem o atendimento prioritário, acessibilidade física para pessoas com deficiência em diversas áreas como transporte, habitação, bens culturais imóveis e acesso a comunicação e informação.

• Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência - 2008 – tradução brasileira da convenção internacional redigida pela Organização das Nações Unidas por meio de consultores especializados os quais garantem os direitos das pessoas com deficiência nas mais diversas esferas sociais. Tem caráter obrigatório, uma vez que a Presidência da República assinou o Protocolo Facultativo na sede da ONU, em Nova York, em 2007.

• ABNT-NBR 15599 - Acessibilidade - Comunicação na Prestação de Serviços, 2012 – Oferece diretrizes que garantem o acesso aos mais diversos ambientes e serviços com garantia de acessibilidade comunicacional para pessoas com diferentes deficiências, prioritariamente visuais, auditivas e pessoas com surdocegueira. Serve como documento complementar da NBR 9050.

- Plano Nacional de Cultura - Ministério da Cultura, 2010 – Documento que tem como objetivo o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Em sua meta 29, o plano busca garantir que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos espaços culturais, seus acervos e atividades, por meio da adaptação do espaço físico e oferecimento de bens e atividades culturais em formatos acessíveis. Já a meta 3 tem como objetivo produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil. A cartografia da diversidade cultural brasileira deve abarcar as especificidades culturais de cada estado e todas as expressões do patrimônio artístico e cultural brasileiro (material e imaterial), incluindo as produções de pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico.

- Plano Nacional Setorial de Museus - IBRAM, 2010 – Documento redigido para estabelecer um conjunto de propostas que definem as metas do plano setorial da área de museus e patrimônio cultural no qual se integra ao Plano Nacional de Cultura (PNC).

## QUANTAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EXISTEM NO BRASIL?

Censo IBGE 2000 - População com Alguma Deficiência
<b>Mental: 2.848.684</b>
<b>Física:</b> - Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia : 955.287 - Falta de membro ou de parte dele: 466.936 TOTAL: <b>1.422.223</b>
<b>Motora:</b> - Incapaz de caminhar ou subir escada: 588.201 - Grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escada: 1.799.917 - Alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escada: 5.491.482 TOTAL: <b>7.879.600</b>
<b>Auditiva:</b> - Incapaz de ouvir: 176.067 - Grande dificuldade permanente de ouvir: 860.889 - Alguma dificuldade permanente de ouvir: 4.713.854 TOTAL: <b>5.750.810</b>
<b>Visual:</b> - Incapaz de enxergar: 159.824 - Grande dificuldade permanente de enxergar: 2.398.472 - Alguma dificuldade permanente de enxergar: 14.015.641 TOTAL: <b>16.573.937</b>
Censo Brasil - 2010
Deficiência Visual - <b>35.791.488</b> Não consegue ver de modo algum - <b>528.624</b> Grande dificuldade em ver - <b>6.056.684</b> Alguma dificuldade em ver - <b>29.206.180</b>
Deficiência Auditiva - <b>9.722.163</b> Não consegue ouvir de modo algum - <b>347.481</b> Grande dificuldade em ouvir - <b>1.799.885</b> Alguma dificuldade em ouvir - <b>7.574.797</b>
Deficiência Motora - <b>13.273.969</b> Não consegue andar de modo algum - <b>740.456</b> Grande dificuldade em andar - <b>3.701.790</b> Alguma dificuldade em andar - <b>8.831.723</b>
Deficiência Mental/Intelectual - <b>2.617.025</b>
Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE - Resultados Preliminares da Amostra

# GLOSSÁRIO DE TERMOS ATRAVÉS DE CITAÇÕES

**ACESSIBILIDADE** – É possível conjecturar que transformações agenciadas pelo campo da acessibilidade para pessoas com deficiência produziu importantes efeitos na cultura, estendendo assim o público beneficiado pelas diferentes ações de acessibilidade, pluralizando tal noção. Daí nossa necessidade de pensá-la em termos de **acessibilidades**, como agora propomos (CORPAS, F.; DAINA, L. (Org.). Caderno Acessibilidades, 2016).

**ACESSIBILIDADES** – “Daí a ideia que buscamos compartilhar: a acessibilidade como uma noção plural, voltada para o público diverso e para amplo universo do acesso à cultura e às artes” (CORPAS e LEYTON (Org.). Caderno Acessibilidades, 2015).

**ACESSIBILIDADE UNIVERSAL** – “O acesso, a participação, o entendimento e o convívio entre todas as pessoas devem considerar as esferas: física, intelectual, cognitiva e atitudinal”. Disponível em: <<http://pnem.museus.gov.br/glossario/>>.

**AUDIODESCRIÇÃO** – “A audiodescrição é o principal recurso de promoção de acesso aos conteúdos culturais visuais para pessoas com deficiência visual. É uma técnica que traduz as imagens visuais em texto descritivo que pode ser disponibilizado em gravações, faixas e transmissões ao vivo. A audiodescrição pode ser usada para proporcionar acesso à informação em mostras de filmes, apresentações cênicas, exposições e visitas educativas” (SARRAF, 2014).

**BARREIRAS ATITUDINAIS** – Preconceitos, estigmas e estereótipos que resultam em discriminação das pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://pnem.museus.gov.br/glossario/>>.



**COMPUTADOR COM SINTETIZADOR DE VOZ** - As pessoas com deficiência visual têm acesso à informação livre de barreiras por meio do uso de computadores, internet e redes sociais. Para proporcionar o acesso auditivo aos conteúdos presentes nos aplicativos, programas e redes existem os programas leitores de tela gratuitos e pagos. Com esse recurso, adultos, idosos e crianças podem ler e escrever textos no computador, navegar na internet, trabalhar com planilhas e bancos de dados e no desenvolvimento de programas e websites. Os programas mais utilizados no Brasil são o Virtual Vision, Jaws, Dosvox (gratuito), NVDA (gratuito) e F123, esse último desenvolvido por Fernando Botelho, um empreendedor cego ganhador do Prêmio Empreendedor de Futuro da Folha de São Paulo.<sup>5</sup> (Rede Saci – <<http://www.saci.org.br>>; F123 – <<http://www.f123.org>>; Bengala Legal – <<http://www.bengalalegal.com>>; Organização Nacional de Cegos do Brasil – <<http://www.oncb.org.br>>; NCE/UFRJ – <<http://intervox.nce.ufrj.br/>>).

**COMUNICAÇÃO SENSORIAL** – “O desenvolvimento do pertencimento cultural, que é um dos principais desafios dos espaços culturais na atualidade, pode ter a mediação sensorial como estratégia, lançando mão de recursos olfativos, de apelo ao paladar, sonoros e táteis, pois a percepção sensorial não pressupõe conhecimentos intelectuais, domínio de linguagem ou idioma e familiaridade com ofertas culturais; ela é livre das barreiras intelectuais e sociais inerentes à origem dos espaços culturais e tem o poder de envolver e sensibilizar diferentes indivíduos” (SARRAF, 2013).

**DEFICIÊNCIA** - Em primeiro lugar, a questão da palavra “deficiência”. Sem dúvida alguma, a tradução correta das palavras (respectivamente, em inglês e espanhol) “disability” e “discapacidad” para o português falado e escrito no Brasil deve ser “deficiência”. Esta palavra permanece no universo vocabular tanto do movimento das pessoas com deficiência como dos campos da reabilitação e da educação. Trata-se de uma realidade terminológica histórica. Ela denota uma condição da pessoa resultante de um impedimento (SASSAKI, R. K, 2005). Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1321>>.

<sup>5</sup> Links para baixar softwares de voz gratuitos: NVDA – <<http://www.nvaccess.org/download/>> e Dosvox – <<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>>.

**DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL** – “Um dos sentidos de democratizar a cultura é ampliar o acesso aos bens culturais universais, já existentes, permitindo que as pessoas construam o seu modo próprio de ser e de participar na comunidade e na sociedade como um todo. Ampliar a distribuição e a compreensão da produção cultural, em vez de adaptá-la ou facilitá-la, enfraquecendo-a, permite que nós nos apropriemos de instrumentos de expressão e possamos construir uma consciência crítica diante do mundo em que vivemos. O acesso à cultura envolve vários aspectos: o acesso físico implica em melhor distribuição geográfica dos equipamentos culturais e o transporte fácil e seguro para que todos, da periferia, do centro, dos subúrbios, possam chegar facilmente e com segurança aos locais onde os eventos culturais acontecem; o acesso econômico diz respeito aos custos de participar da vida cultural da cidade ou de uma comunidade, custos esses que precisam ser subvencionados tanto para que a criação quanto o consumo sejam possíveis para todos os membros da população; e o acesso intelectual, ou seja, a compreensão das linguagens da arte, da história e do contexto social em que a cultura é criada. O acesso intelectual propicia uma compreensão mais profunda de um produto cultural e pressupõe dois trabalhos: o de formação de público e o de formação de agentes culturais, que discutiremos mais adiante” (Martins, M. H. P). Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=63>>.

**DESENHO UNIVERSAL** – “O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços, serviços e produtos” (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008).

**GUIA-INTÉRPRETE** - Profissional formado por instituições credenciadas que domine um ou mais sistemas de comunicação tátil e vibratória como Tadoma, Libras tátil, Braille na mão, escrita na mão, Libras em campo reduzido e fala ampliada e a técnica de guia-vidente para garantir a segurança de locomoção, seguindo um código de ética rigoroso estabelecido por órgãos internacionais de apoio a pessoas com surdocegueira.

**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/LIBRAS** - “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais/ Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Lei 10.436, de 24 de abril de 2002).

**MATERIAIS SENSORIAIS** – “Os materiais de apoio sensoriais (táteis, auditivos, olfativos e gustativos) como maquetes e réplicas táteis, degustações de sabores e odores, ambientações sonoras e olfativas, também auxiliam pessoas com deficiência visual a usarem outros sentidos para compreender melhor os conteúdos das manifestações culturais” (SARRAF, 2014).

**PESSOA COM DEFICIÊNCIA** – “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, artigo 1º).

**SISTEMA BRAILLE** – “O Sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas, inventado na França por Louis Braille, um jovem estudante cego. Cada letra, número ou símbolo é composto por seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos, configurando um retângulo, o que se convencionou chamar “cela Braille”. Com o sistema Braille é possível escrever e ler textos em todas as línguas, códigos matemáticos e partituras musicais. (Instituto Benjamin Constant – <<http://www.ibr.gov.br>>; Fundação Dorina Nowill para Cegos – <<http://www.fundacaodorina.org.br>>; Bengala Legal – <<http://www.bengalalegal.com>>; Organização Nacional de Cegos do Brasil – <<http://www.oncb.org.br>>).

**TECNOLOGIAS ASSISTIVAS** – Recursos tecnológicos e técnicos adequados para promover o acesso a conteúdos de educação, trabalho e tarefas da vida diária para pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e dificuldades de aprendizado, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Atualmente, existem muitas ofertas de tecnologias assistivas que visam a melhoria da qualidade de vida de pessoas com e sem deficiência e também ocorre o uso desses recursos, criados para atender necessidades das pessoas com deficiência, por pessoas que não as possuem, mas podem se beneficiar das vantagens dessas tecnologias.

Para pessoas com deficiência visual existem os softwares de leitura de tela para computadores e smartphones; os aparelhos de identificação de cores e notas de dinheiro; as lupas e programas de ampliação de tela do computador para pessoas com baixa visão; a linha Braille, periférico que permite às pessoas cegas e com surdocegueira ler textos e informações digitais em Braille, impressoras e máquinas de datilografia Braille. Para as pessoas surdas, diversos meios auxiliam em sua educação e apreensão do mundo como imagens, vídeos, legendas, materiais visuais e concretos diversos. Tecnologias assistivas também fazem toda a diferença para a comunicação e aprendizado: softwares de tradução de texto escrito ou falado para língua de sinais, aparelhos de vídeo-chamada, videoguias e dicionários de Libras. Para as pessoas com deficiência física existem as adaptações em veículos, para que pessoas com paraplegia, deficiências ou amputações nos membros superiores possam dirigir com autonomia; as cadeiras de rodas motorizadas que podem ser guiadas por comandos diversos de manipulação e voz; os aparelhos de virar páginas de livros, os bastões apontadores de boca que são usados por pessoas com tetraplegia para digitação e escrita cursiva e muitos outros exemplos. Para pessoas com deficiência intelectual e dificuldades de aprendizado (dislexias, hiperatividade entre outros) existem jogos educativos com uso de estímulos multimodais para atividades de matemática, línguas, conteúdos didáticos e de vida diária.

Muitos desses recursos, entretanto, são importados, o que torna seus valores de compra altos pelas altas taxas de importação existentes em nosso país. Outra realidade que impede o pleno acesso aos benefícios das tecnologias assistivas é a descontinuidade de sua produção pela demanda insuficiente de mercado. Muitas vezes os criadores dessas tecnologias são estudantes e pesquisadores que, ao tentarem viabilizar a produção de suas invenções, se deparam com barreiras diversas de financiamento, viabilização e comercialização. As tecnologias assistivas criadas para beneficiar pessoas com deficiência e que são usadas por muitos outros beneficiários são os controle remotos de TV, DVD e multifuncionais, destinados originalmente às pessoas com deficiência física, e os programas com comando de voz para smartphones e aparelhos multimídia desenvolvidos para auxiliar pessoas com deficiência visual e tetraplégicas. (Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência - <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/>>); F123 – <<http://www.f123.org>>; Bengala Legal – <<http://www.bengalalegal.com>>; Organização Nacional de Cegos do Brasil – <<http://www.oncb.org.br>>; NCE/UFRJ – <<http://intervox.nce.ufrj.br/>>.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVCAR, E. **As difíceis vozes do silêncio**. [Publicado originalmente como Les difficiles voix du silence em catálogo do Louvre]. Publicação do Seminário Transmuseu, Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://mam.org.br/seminariotransmuseu/transmuseu-2013/evgen-bavcar/>>.

BICALHO, P.P.G. et al (Org.). **Gênero e diversidade na escola: práticas transversais, polifônicas, compartilhadas, inquietas**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caderno HumanizaSUS**; v. 5 – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BUARQUE, C.; BARDOTTI, S. A cidade ideal. In: BUARQUE, C.; LEÃO, N.; MIÚCHA; MAGRO; FARIA, R. A. **Os saltimbancos**. Rio de Janeiro: Marola Edições Musicais, 1977.

CARLETTO, A. C; CAMBIAGHI, S. **Desenho universal: um conceito para todos**. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008.

COSTA, G.; MAIOR, I. M. M.; LIMA, N. M. **Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica**. Disponível em: <[http://www.prodiam.sp.gov.br/multimedia/midia/cd\\_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf](http://www.prodiam.sp.gov.br/multimedia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf)>.

FERREIRA, G.; CABRAL FILHO, A. V. "Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência". **Ser Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. 2013. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/9599/7136](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/9599/7136)>.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Traduzido do original em inglês "The Right to the City" por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na *New Left Review*, n. 53, 2008.

LARROSA, J. "Notas sobre a experiência e o saber de experiência". **Rev. Bras. Educ.** [online]. n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>.

LEYTON, D. **Programa igual diferente**. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2015.

LOURO, G. L. "Teoria *Queer*, uma política pós-identitária para educação". **Revista Estudos Feministas**, n. 2, v. 9, p. 541-553, 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Brasília: MinC/Ibram, 2010. (Brasília, Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, 2010).

MOSCHINI, R.; SCHMIDT, C. **Considerações acerca da Esquizofrenia e Transtornos Globais do Desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao\\_Especial/Trabalho/08\\_06\\_57\\_1422-7298-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Especial/Trabalho/08_06_57_1422-7298-1-PB.pdf)>.

PRECIADO, P. B. "Multidões *queer*: notas para uma política dos 'anormais'". **Revista Estudos Feministas**, n. 1, v. 19, jan./abr. 2001.

RIBEIRO, J. M. L. C. **A criança autista em trabalho**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

ROLNIK, S. "O mal-estar na diferença". **Anuário Brasileiro de Psicanálise**. n. 3, p. 97-103. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RUIZ, A. E.; LLEDÓ, C. B.; SARRAF, V. P., et al. **Manual de acessibilidad e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural**. Gijón-Asturias: Ediciones Trea, 2013.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SARRAF, V. P. **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para pessoas com suas diferenças**. 2013. 285 fls Il. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SARRAF, V. P., GABRILLI, M. et al. **Guia de acessibilidade cultural da cidade de São Paulo**. V. 2. São Paulo: Instituto Mara Gabrielli, 2014.

SASSAKI, R. K. "Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão - Parte 1". **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>>.

SASSAKI, R. K. "Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão - Parte 2". **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set./out. 2007, p. 20-30. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>>.

SASSAKI, R. K. **O conceito de acessibilidade**. 2011. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, R. K. "Deficiência mental ou deficiência intelectual? Doença ou transtorno mental". **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano IX, n. 43, mar./abr. 2005, p. 9-10. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1321>>.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

SENKEVICS, A. **O patriarcado pensado pelo feminismo radical**. 2012. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/02/13/o-patriarcado-pensado-pelo-feminismo-radical/>

SILVA, A., F. Santos. **Por uma educação não sexista**. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2009.

SOUSA, P. M. L; SANTOS, I. M. S. C. **Caracterização da síndrome autista**. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf>>.

WOODWARD, K. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.









## OI FUTURO

Presidência / President

**José Augusto da Gama Figueira**

Vice-Presidência / Vice-President

**Roberto Terziani**

Diretoria Executiva / Executive Director

**José Luiz Gattas Hallak**

**Marco Norci Schroeder**

Administrativo, Financeiro, Planejamento e Desempenho /

Financial and Administrative Planning

**Sara Crosman**

## CULTURA

Gestão de Cultura / Manager Culture

**Roberto Guimarães**

Gerência de Cultura / Management Culture

**Victor D'Almeida**

Curadoria de Artes Visuais / Visual Arts Curator

**Alberto Saraiva**

Coordenação Oi Futuro BH / Coordination Oi Futuro BH

**Sérgio Pereira**

Museologia / Museology

**Bruna Cruz**

Equipe Cultura/ Culture Team

**Bruno Singh**

**Claudia Leite**

**Jairo Vargas**

**João André Macena**

**Joseph Andrade**

**Marcelo Stu**

**Maciel Oliveira**

**Raphael Fernandes**

**Yuri Chamusca**

**Zelia Peixoto**

Estagiários/ Trainee

**Lara Rabello**

## PROGRAMA EDUCATIVO

Coordenação Geral

**Oi Futuro - Bruna Cruz**

Coordenação Executiva

**Museal Assessoria Museológica - Catarina Faria**

**Elisângela Lima**

Arte Educadores

**Ingrid Crespo**

**Juliana Borzino**

**Márcia Pereira**

**Rachel Queiroz**

**Renata Fontes Freire**

**Sandra Henrique de Souza**

Estagiários

**Anna Cecília Cabral**

**Eloy Vergara**

Produção Executiva

**Patrícia Janiques/Thiago Jatobá**

## CADERNO ACESSIBILIDADES

Concepção e Idealização

**Oi Futuro - Bruna Cruz e Alberto Saraiva**

Realização

**Museal Assessoria Museológica - Catarina Faria**

Coordenação Editorial

**Flavia Corpas**

Revisão

**Rogério Amorim**

Organização

**Flavia Corpas e Daina Leyton**

Textos

**Daina Leyton**

**Flavia Corpas**

**Juliana Borzino (LGBT)**

**Viviane Sarraf**

Museologia de Março/2012 a Agosto/2015

**Maria Helena Cardoso**

Projeto Gráfico

**Bady Cartier**

Acessibilidades

**Carolina Fomin (videoLibras)**

**Guilherme Parise (gravação e edição)**

**Leonardo Castilho (tradução para Libras)**

**Nilcéia Parise (locução)**

**Viviane Sarraf (audiolivro acessível)**

Ficha catalográfica Camila Pereira Nunes Bibliotecária CRB-7/6647

A174 Acessibilidades / Organização Flavia Corpas e Daina Leyton; Revisão Rogério Amorim. - Rio de Janeiro: Instituto Telemar, 2016. 111 p.: il. + 1 DVD.

Conteúdo parcial: Videolibras / Carolina Fomin, Leonardo Castilho -- Audiolivro acessível / Viviane Sarraf; Locução Nilcéia Parise. Inclui bibliografia e índice. ISBN 978-85-99247-51-8

1. Acessibilidade. 2. Língua brasileira de sinais. I. Corpas, Flavia. II. Leyton, Daina. III. Amorim, Rogério. IV. Fomin, Carolina. V. Castilho, Leonardo. VI. Sarraf, Viviane. VII. Parise, Nilcéia. VIII. Borzino, Juliana. IX. Programa Educativo. X. Oi Futuro. XI. Museu das Telecomunicações.

CDD 371.9043

PATROCÍNIO



**PERTO DE VOCÊ**

**SECRETARIA DE CULTURA**

LEI ESTADUAL DE INCENTIVO A CULTURA

REALIZAÇÃO



**MUSEU DAS TELECOMUNICAÇÕES**

Rua Dois de Dezembro, 63 - Flamengo

Tel.: 21 3131-3060

[museudatelecomunicacoes.org.br](http://museudatelecomunicacoes.org.br)

